

c) Emitir parecer vinculativo, no seguimento de solicitação da Polícia de Segurança Pública, nos termos do disposto no artigo 60.º, n.º 7, da Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 50/2013, de 24 de julho, sobre o cumprimento pelo país de destino dos critérios previstos na Posição Comum n.º 2008/944/PESC, do Conselho, de 8 de dezembro, que define regras comuns aplicáveis ao controlo das exportações de tecnologia e equipamento militares.

3 — Delego, sem faculdade de subdelegação, no Conselheiro de Embaixada, Francisco Durão Ferreira Alegre Duarte, os poderes que legalmente me foram atribuídos para preparação de missões de observação eleitoral internacional, designadamente a identificação e o acompanhamento das ações de observação eleitoral, a pré-seleção e seleção dos observadores nacionais, nos termos da Portaria n.º 94/2014, de 11 de fevereiro de 2014, artigo 2.º, alínea o).

4 — Subdelego, sem faculdade de subdelegação, no Ministro Plenipotenciário de 2.ª classe, João Pedro Lourenço Antunes, na Conselheira de Embaixada Ana Paula de Almeida Ferreira Moreira da Silva e Abreu de Almeida e no Conselheiro de Embaixada Francisco Durão Ferreira Alegre Duarte, os poderes que legalmente me foram delegados pelo Despacho n.º 8006/2017, de 14 de setembro, para autorizar os pedidos de entidades estrangeiras para entrada de navios de guerra estrangeiros em território nacional, operação de aeronaves de Estado estrangeiras em território nacional e a entrada, movimentação e permanência em território nacional de forças estrangeiras que se deslocem por via terrestre, bem como a entrada e pesquisa em águas territoriais portuguesas por navios oceanográficos, nos termos do Decreto-Lei n.º 2/2017, de 6 de janeiro, e no âmbito das alíneas x) e z) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 11/2012, de 19 de janeiro.

5 — Ratifico todos os atos praticados desde 31 de outubro de 2018 até à respetiva publicação.

6 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua publicação.

8 de novembro de 2018. — O Diretor-Geral, *Pedro Sanchez da Costa Pereira*.

311800917

#### Despacho n.º 10966/2018

1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 44.º, 46.º e 47.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Procedimento Administrativo e tendo em conta a alínea c) do n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 1032/2009, de 11 de setembro, que adaptou o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho aos funcionários da carreira diplomática delego, sem faculdade de subdelegação, nos Subdiretores-Gerais da Direção-Geral de Política Externa, o Ministro Plenipotenciário de 2.ª classe João Pedro Lourenço Antunes, a Conselheira de Embaixada Ana Paula de Almeida Ferreira Moreira da Silva e Abreu de Almeida, o Conselheiro de Embaixada Francisco Durão Ferreira Alegre Duarte, os poderes que me foram conferidos pela alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 1032/2009, de 11 de setembro, para contratualizar objetivos e competências e para realizar a proposta de avaliação, dos funcionários diplomáticos de categoria inferior à dos delegados, que estejam a desempenhar cargos ou a exercer funções nas direções de serviços e divisões da Direção-Geral de Política Externa com exceção dos funcionários que exercem funções na estrutura de apoio ao Diretor-Geral de Política Externa.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 31 de outubro de 2018.

8 de novembro de 2018. — O Diretor-Geral, *Pedro Sanchez da Costa Pereira*.

311803533

## FINANÇAS

### Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro

#### Despacho n.º 10967/2018

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3, do artigo 11.º, e no artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo a mestre Mariana São Miguel Alves Fidalgo, para exercer funções de Técnica Especialista do meu Gabinete, com efeitos desde 5 de novembro de 2018.

2 — O estatuto remuneratório da designada é o previsto na alínea a) do n.º 4 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º, do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Publique-se no *Diário da República*, e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

7 de novembro de 2018. — O Secretário de Estado do Tesouro, *Álvaro António da Costa Novo*.

#### Nota curricular

Dados pessoais:

Nome completo: Mariana São Miguel Alves Fidalgo

Naturalidade: Sé Nova, Coimbra.

Data de nascimento: 4 de setembro de 1986.

Habilitações académicas e formação profissional:

2017 — Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

2015 — Frequência do XV Curso de Pós-graduação em Regulação Pública e Concorrência da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

2013 — Diplomada da 13.ª edição (2012/2013) do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública.

2012 — Mestrado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

2011 — Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Experiência profissional:

De janeiro de 2018 a novembro de 2018 — Técnica no Departamento de Gestão Direta da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

De agosto de 2013 a janeiro de 2018 — Técnica superior no Departamento de Análise Económica e Financeira da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

311801621

#### Despacho n.º 10968/2018

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo o licenciado Júlio Miguel da Silva Iria, para exercer funções de Técnico Especialista do meu Gabinete, com efeitos desde 15 de junho de 2018.

2 — O estatuto remuneratório do designado é o previsto na alínea a) do n.º 4 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Publique-se no *Diário da República*, e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

7 de novembro de 2018. — O Secretário de Estado do Tesouro, *Álvaro António da Costa Novo*.

#### Nota curricular

Dados pessoais:

Nome completo: Júlio Miguel da Silva Iria.

Naturalidade: São Domingos de Benfca, Lisboa.

Data de nascimento: 10 de novembro de 1984.

Habilitações académicas e formação profissional:

2013 — Diplomado da 13.ª edição (2012/2013) do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública.

2008 — Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Experiência profissional:

De julho de 2013 a junho de 2018 — Técnico superior na Direção de Serviços de Recursos Humanos do Departamento Geral de Administração do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Outras atividades neste período:

Comissão de serviço na Embaixada de Portugal na Croácia (novembro de 2016 a maio de 2018);

Comissão de serviço na Embaixada de Portugal no Panamá (dezembro de 2015 a janeiro de 2016);

Observador eleitoral de curta duração na missão da OSCE para as eleições presidenciais antecipadas na República do Cazaquistão, de 26 de abril 2015.